

Os *spreads* bancários e o ajustamento dos bancos no Brasil*

Luiz Fernando Rodrigues de Paula**
Antonio José Alves Jr.***

De acordo com reportagem publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, de 31.05.99, dados elaborados pela consultoria Austin Assis revelam que, no primeiro trimestre de 1999, os *spreads* dos grandes bancos, em particular Bradesco, Itaú, Unibanco e Safra, ter-se-iam retraído significativamente, caindo praticamente à metade entre dezembro de 1994 e março último (Tabela 1). A queda no *spread* é atribuída ao fim da inflação, que extinguiu os ganhos inflacionários dos bancos, e, mais recentemente, ao aumento da pressão competitiva provocada pela entrada de bancos estrangeiros no mercado bancário brasileiro, forçando uma diminuição no lucro gerado pelos empréstimos.

De fato, durante o período de alta inflação, o *spread* bancário, de forma geral, aumentou, como resultado da postura defensiva adotada pelos bancos frente ao aguçamento da incerteza típica desse quadro. Em um contexto de elevada instabilidade inflacionária, se as expectativas dos bancos quanto à taxa de inflação futura se revelassem inferiores à taxa efetivamente encontrada, os bancos poderiam incorrer em perdas. Conseqüentemente, para se precaverem do risco de juros, o cálculo da margem diferencial incorporava as expectativas dos bancos em relação à inflação futura somada a uma margem adicional, que incorporava o risco de perdas de capital. Seria de se esperar, portanto, que, com a queda da inflação e a concomitante redução do risco de juros, os *spreads* tendessem a cair.

* A pesquisa que deu origem a este texto teve a colaboração da Maria Beatriz Leme, Mestranda de Economia da UFF. Este texto foi escrito com base em informações disponíveis no início de novembro de 1999.

** Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Cândido Mendes (Ucam), Ipanema.

O autor agradece o apoio financeiro do CNPq.

*** Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutorando do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Essa tendência de queda se acentuaria com a penetração dos bancos estrangeiros no mercado doméstico, pois pressupunha-se que o acirramento da concorrência bancária conduziria a uma diminuição na margem de lucro dos bancos e nos custos de intermediação financeira, com efeitos diretos sobre o *gap* entre a taxa de aplicação e a taxa de captação bancária.

Todavia outra reportagem, publicada também na **Gazeta Mercantil**, no dia 27.07.99, defende — com base em evidências empíricas — a tese de que o aumento da concorrência não tem se refletido na queda dos preços dos serviços (englobando, portanto, as taxas cobradas pelos empréstimos), inclusive nos bancos estrangeiros, sugerindo uma certa “tupiniquização” destes últimos. Esse resultado sugere haver alguma contradição ou ambigüidade nos efeitos do aumento da rivalidade entre as firmas bancárias quanto aos *spreads* e aos preços de seus serviços. Será esse o caso?

1 - O *spread* bancário pelo conceito de geração de rendas financeiras

A polêmica tem origem no conceito de *spread* bancário que sustenta o cálculo empregado pela Austin Assis, cujos resultados para cinco grandes bancos, a partir de 1994, podem ser vistos na Tabela 1. Ao dividir a geração de rendas (receita da intermediação financeira dividida pelo ativo total, menos as relações de interdependências, menos o ativo permanente) pelo custo de intermediação (despesas da intermediação financeira divididas pelo passivo total, menos as relações de interdependência, menos o patrimônio líquido), o cálculo privilegia a diferença entre as receitas globais derivadas da aplicação dos recursos e os custos globais de captação pelos bancos. Neste caso, tudo o que os dados revelam durante o período recente no Brasil é que essa diferença diminuiu, o que de fato ocorreu. Mas daí a interpretá-los como resultado somente de uma redução na diferença entre as taxas de aplicação e captação dos bancos em sua atividade de intermediação financeira vai uma grande distância, como se verá a seguir.

Como pode ser observado na Tabela 1, o *spread* bancário, segundo o conceito acima, calculado a partir de dados do balanço patrimonial e do demonstrativo de resultados dos bancos, era bastante elevado em 1994, como resultado da combinação de *spreads* elevados (medido pelo diferencial de taxas, como será visto a seguir) com expansão do crédito, o que levou a um grande crescimento nas receitas de intermediação financeira dos bancos. Em 1995, houve uma queda no *spread* para todos os bancos, devido, sobretudo, ao crescimento nas despesas de intermediação financeira, puxado principalmente pelo aumen-

to na provisão para créditos de liquidação duvidosa. A partir daí — com exceção do Banco Safra —, a tendência geral da amostra acima foi de acomodação nos *spreads*, ainda que tenha ocorrido certa oscilação, com pequena queda em 1997 e pequena elevação em 1998, refletindo tanto uma queda inicial do *gap* entre as taxas de captação e de aplicação como uma estagnação no crescimento das operações de crédito, levando a decréscimo nas receitas de intermediação financeira dos bancos.¹ Já no primeiro trimestre de 1999, observou-se acentuada diminuição no *spread* em todos os bancos cujos dados estavam disponíveis, em função da forte retração do crédito no período.

Tabela 1

Spread bancário, segundo o conceito de geração de rendas financeiras, em alguns bancos selecionados —1994/99

BANCOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999 (1)
Bradesco	10,0	7,6	5,3	5,2	6,1	5,0
Itaú	12,1	6,9	7,4	5,3	6,1	5,4
Safra	5,3	4,3	2,5	3,2	3,2	1,6
Unibanco	8,9	4,6	8,2	7,2	6,5	3,2
Real	10,0	8,7	7,0	4,9	5,1	...

FONTE: Austin Assis Consultoria.

(1) Os dados referem-se ao primeiro trimestre.

2 - O comportamento do *spread* bancário medido pelo diferencial de taxas

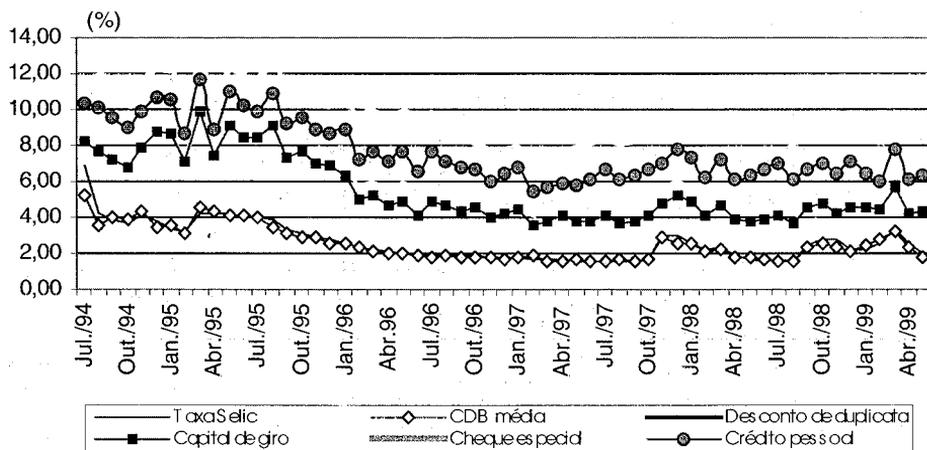
O comportamento do *spread* bancário é bastante diverso, se for redefinido como o diferencial entre a taxa de aplicação e a taxa de captação bancária. É o que aponta o resultado encontrado — com base em dados do Banco Central do Brasil — a partir de diferentes taxas de empréstimos para firmas (desconto de duplicata e capital de giro) e famílias (cheque especial e crédito pessoal), tomando-se a taxa de CDB média como a taxa de captação padrão dos bancos.

¹ De acordo com dados (atualizados para dezembro de 1998) do demonstrativo de resultados de 10 grandes bancos privados, as receitas com operações de crédito cresceram significativamente, de R\$ 9,470 milhões em dezembro de 1994 para R\$ 19.283 milhões em dezembro de 1995, caindo para R\$ 17.770 milhões em dezembro de 1996 e para R\$ 15.215 milhões em dezembro de 1997, voltando a crescer em dezembro de 1998 para R\$ 16.307 milhões (PAULA, ALVES JR., LEME, 1999).

No Gráfico 1, com base em taxas mensais fornecidas pelo Banco Central do Brasil, pode-se observar o comportamento dessas taxas no período jul./94-maio/99. Em primeiro lugar, desponta a existência de uma forte correlação entre a taxa Selic — taxa de financiamento diário dos títulos de dívida pública registrados no Selic — e a taxa de CDB, evidenciando o fato de que a primeira serve como taxa de referência básica para outras taxas. De fato, as taxas de juros têm um comportamento bem definido, com as variações das taxas básicas de juros deslocando todo o espectro de taxas para o tomador final, formando uma estrutura de taxas em “degraus”, desde as taxas mais preferenciais — como as operações de capital de giro — até as taxas de risco de crédito mais elevado, como é o caso do crédito especial. Destaca-se, em particular, a taxa para empréstimos de cheque especial como a mais elevada entre os diversos segmentos, e tal comportamento pode ser explicado possivelmente pelo fato de os bancos terem algum poder de mercado sobre os tomadores de recursos nesse segmento, já que a troca de instituição financeira envolve um determinado custo para o tomador de crédito.²

Gráfico 1

Taxas de captação e aplicação dos bancos — jul./94-maio/99



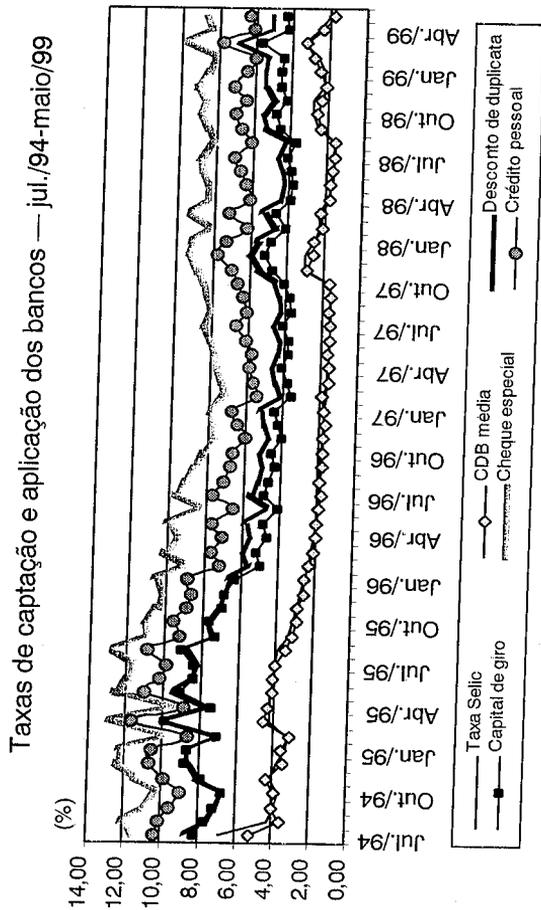
FONTE: Bacen.

² Uma análise mais detalhada sobre a determinação e a evolução das taxas de juros e do *spread* é feita em Bacen/Deped (1999). Segundo esse estudo, em termos de volume de operação por modalidade de crédito, há uma preponderância das operações de capital de giro, crédito pessoal e cheque especial de, respectivamente, 29,5%, 15,1% e 11,4% do saldo total dos empréstimos em junho de 1999.

ERRATA

Na revista **Indicadores Econômicos FEE**, v. 27, nº 4, por um problema de impressão, foram suprimidas as duas linhas do Gráfico 1 na p. 160, devendo o mesmo ser substituído pelo que segue.

Gráfico 1

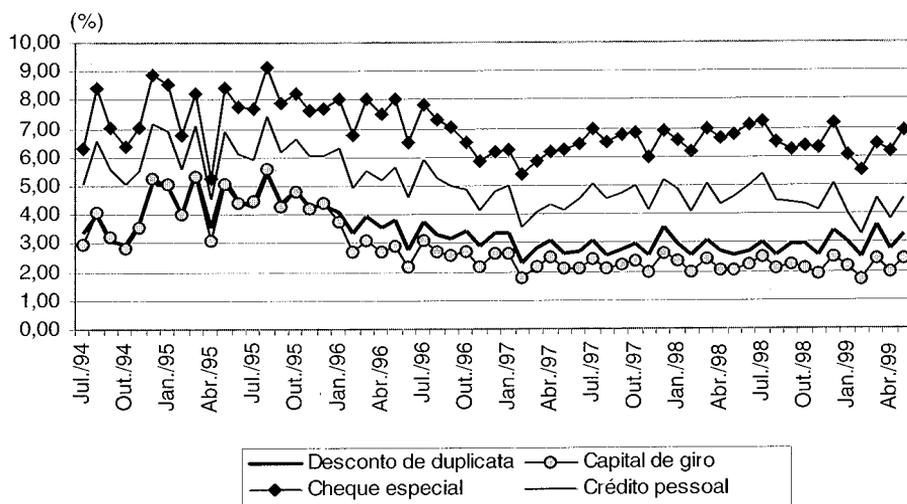


FONTE: Bacen.

Portanto, o Banco Central funciona como uma espécie de liderança perante o sistema financeiro, guiando as expectativas das instituições bancárias, já que, como executor da política monetária, sua ação envolve a fixação da taxa de juros no mercado primário de reservas bancárias. O patamar dessa taxa explica, em boa medida, o custo imputado aos tomadores finais, mas outros fatores também influenciam a determinação das taxas finais.³ De forma geral, verifica-se, no Gráfico 1, que o comportamento das taxas de empréstimos (firmas e famílias) acompanha o comportamento da taxa de captação (CDB), o que sugere a existência, na prática, de um *mark-up* sobre a taxa de captação. Contudo esse *mark-up* não é fixo, como mostra a variação dos *spreads* no Gráfico 2.

Gráfico 2

Spread bruto dos bancos — jul./94-maio/99



FONTE: Bacen.

³ Retoma-se esse ponto ainda nesta seção.

De fato, na estrutura de taxas de juros, que representa os custos do dinheiro em cada mercado, o movimento das diferentes taxas, de modo geral, não é errático, mas, sim, obedece a um fator condicionante comum, mantendo-as fortemente correlacionadas.⁴ Tal comportamento das taxas é explicado, em boa medida, pelo fato de que os bancos, na fixação das mesmas, são influenciados por um conjunto comum de expectativas, o que faz com que a sinalização dada pelo Banco Central se difunda por todo o sistema financeiro. Contudo, isso não significa que a taxa de empréstimos cobrada por um banco seja composta por um *mark-up* simples sobre o custo do dinheiro, na medida em que cada banco, individualmente, é discricionário na concessão e nas condições que estabelece para seus empréstimos. Em particular, a possibilidade de os bancos captarem recursos em três mercados distintos — de clientes, no interbancário e junto ao Banco Central — abre espaço para arbitragem de taxas entre os diferentes bancos.

Na determinação das taxas cobradas nos empréstimos e, conseqüentemente, do nível do *spread* praticado, os bancos levam em conta, além das taxas de captação, a taxa de recolhimento compulsório, determinada pelo Banco Central; a tributação sobre as operações financeiras; as despesas administrativas incorridas pelos bancos no desenvolvimento de sua atividade de intermediação financeira; e, por último, mas não menos importante, o grau de inadimplência do mercado, já que este afeta diretamente a percepção de risco de crédito por parte dos bancos. A relação entre essas variáveis e a taxa de empréstimos é diretamente proporcional, no sentido de que um aumento (diminuição) de qualquer uma delas leva a um acréscimo (declínio) na taxa de empréstimos, ainda que a proporção desse aumento seja variável.

Na Tabela 2, são detalhados os componentes do *spread* bancário no período maio-jul./99, tanto para crédito de pessoa física quanto para pessoa jurídica, de acordo com o estudo realizado pelo Departamento de Estudos e Pesquisas (Deped) do Banco Central. Sem entrar em detalhes em relação aos pormenores da composição do *spread*, os dados agregados (coluna “geral” da Tabela 2) mostram que, em termos médios, a inadimplência⁵ é o custo que mais onera o *spread* bancário, perfazendo 35% do *spread* bancário no período analisado, seguida por despesas administrativas (22%), lucro líquido (18%), impostos indiretos,

⁴ Para uma boa análise da formação da estrutura de taxas de juros, com ênfase no caso brasileiro, ver Torres (1999), em especial o Capítulo 1.

⁵ Estimada pelo Deped a partir de dados de inadimplência efetivamente reconhecidos pelos bancos, através da conta Provisões para Devedores Duvidosos.

incluindo a CPMF (14%), e os impostos diretos (11%). O peso relativo da inadimplência evidencia que o risco de crédito tem sido um fator determinante no elevado custo das operações de crédito no Brasil, assim como na própria determinação do volume de crédito concedido pelos bancos. Por outro lado, a importância das despesas administrativas é resultado tanto do sobredimensionamento do setor bancário (que, por sua vez, é resultado da expansão dos bancos na alta inflação⁶), em termos de número de agências, quanto da baixa alavancagem das operações de empréstimos por parte dos bancos.

Tabela 2

Média do custo dos empréstimos e composição do *spread* — maio-jul./99

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	GERAL	PESSOA FÍSICA (1)			PESSOA JURÍDICA
	Média Total (2)	Média	Crédito Pessoal e CDC	Cheque Especial	Média (2)
Custo ao tomador (a.a.)	83	119	95	178	66
Taxa de captação CDB (a.a.)	21	21	21	21	21
Spread (a.a.)	62	98	74	157	45
Custo ao tomador (a.m.)	5,17	6,75	5,74	8,90	4,31
Taxa de captação CDB (a.m.)	1,60	1,60	1,60	1,60	1,60
Spread (a.m.)	3,58	5,15	4,14	7,30	2,72
Despesa administrativa	0,79	1,48	1,48	1,48	0,52
Impostos indiretos (+ CPMF) ...	0,50	0,82	0,82	0,84	0,35
Inadimplência	1,25	1,42	1,42	1,42	1,09
IR/CSLL	0,39	0,53	0,16	1,32	0,28
Lucro do banco	0,66	0,90	0,27	2,24	0,48
Spread (relativo)	100	100	100	100	100
Despesa administrativa	22	36	20	19	19
Impostos indiretos (+ CPMF) ...	14	20	12	13	13
Inadimplência	35	34	19	40	40
IR/CSLL	11	4	18	10	10
Lucro do banco	18	6	31	18	18

FONTE: JUROS e *spread* bancário no Brasil (1999). Brasília, BACEN/DEPED, p.3.

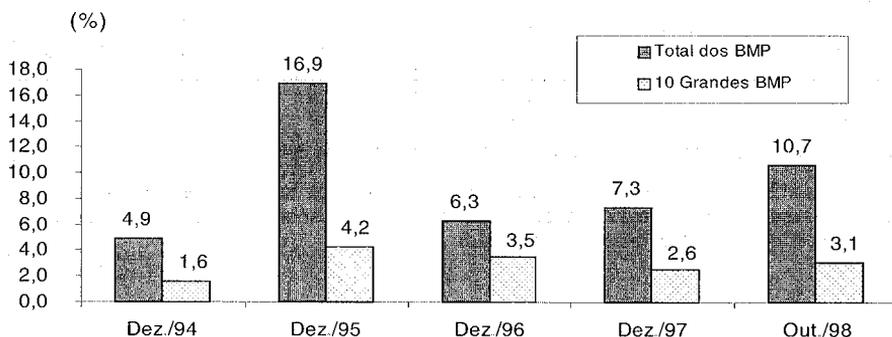
(1) Custo administrativo e inadimplência obtidos a partir de informações de financeiras. (2) Obtida a partir de uma amostra de 17 grandes bancos privados responsáveis por quase dois terços dos créditos concedidos pelo segmento privado.

⁶ Para uma análise das mudanças no tamanho, na dimensão e na concentração do sistema bancário no Brasil, no contexto de alta e de baixa inflação, ver Paula (1998).

Portanto, as oscilações e a magnitude do *spread* bancário refletem uma série de fatores relacionados às condições de operação do mercado e às expectativas dos bancos com relação ao comportamento deste, no qual o grau de inadimplência desempenha um papel balizador central. O comportamento do *spread* bancário (medido pelo diferencial de taxas) no período recente no Brasil — como pode ser visto no Gráfico 2 — acompanha de perto as taxas de empréstimos, sendo o mesmo especialmente elevado em 1994-95, período em que os níveis de compulsórios sobre depósitos à vista e a prazo estiveram bastante elevados e que, em 1995, o índice de inadimplência cresceu acentuadamente, em função da crise bancária que se configurou no período. Desde o final de 1995, o *spread* iniciou uma tendência de queda, acompanhando tanto a queda na taxa de juros básica como a melhoria nas condições do mercado de crédito. Tal comportamento foi influenciado, em parte, pelo fim dos compulsórios sobre determinadas operações ativas dos bancos e também pela diminuição no índice de inadimplência (total de créditos em atraso e em liquidação sobre o crédito efetivo) dos bancos (Gráfico 3). Embora relativamente menor do que no período anterior, o *spread*, em geral, situou-se num patamar alto no decorrer de 1997-98 até maio de 1999. De fato, a partir de março de 1997, houve uma tendência geral de elevação nas taxas de empréstimos, ainda que de forma bastante oscilatória, já que o período de final de 1997 até o início de 1999 foi marcado pelo quadro de instabilidade macroeconômica devido à iminência de uma crise cambial no País.

Gráfico 3

Inadimplência dos bancos múltiplos privados — dez./94-out./98



FONTE: Bacen.

Balanço dos bancos.

3 - O ajustamento dos bancos no período recente

O comportamento do *spread* bancário, pelo conceito de rendas financeiras, visto na seção 1, deve ser colocado lado a lado com dois fatos que têm caracterizado o sistema bancário nacional durante o Plano Real. Primeiro, os bancos passaram, no período analisado, por profundas mudanças patrimoniais⁷: no início do Plano Real, com a euforia provocada pela estabilidade de preços e a redução quase completa dos ganhos com o *floating*, os bancos procuraram se adaptar ao novo ambiente através da ampliação das suas operações de crédito, o que, num contexto de *spreads* elevados (medido pelo diferencial de taxas), lhes permitiu uma alta lucratividade; num segundo momento, com os efeitos da crise mexicana no início de 1995 e a elevação dos juros e a recessão que a seguiu, os bancos buscaram, aos poucos, alterar a composição de sua estrutura patrimonial, aumentando suas aplicações em títulos públicos, abrindo mão de *spreads* mais elevados na intermediação financeira em troca de maior segurança. Essa mudança foi acompanhada pelo aumento na inadimplência e realizada em meio a uma crise bancária que foi contida pela ação multidimensional das autoridades monetárias, via Proer.

Mais recentemente, diante do quadro de crise externa que veio se configurando em 1997 e 1998, os bancos aprofundaram seu ajuste patrimonial, sobretudo através do aumento mais acentuado da participação de aplicações em títulos e valores mobiliários na composição do ativo, cuja contrapartida foi uma forte contração creditícia. Além disso, procuraram a realização de um *hedge* cambial — sobretudo através de aplicações em títulos públicos com cláusula de correção cambial — contra uma possível desvalorização cambial, que viria de fato a ocorrer no início de 1999. A Tabela 3 mostra dados das principais contas do ativo do segmento “bancos múltiplos privados”, onde podem ser observadas as mudanças referidas.

Segundo, apesar da queda no *spread* bancário (medido pelo diferencial de taxas) ao longo do ano de 1996, a estrutura das taxas de juros brasileiras não tem revelado uma redução sistemática ou tendencial mais significativa do *gap* entre as taxas de juros de captação e as taxas oferecidas em empréstimos aos clientes no período mais recente. Este último fato tem sido amplamente noticiado na imprensa, e sua causa provável é o receio do aumento da já elevada inadimplência, um dos resultados mais nefastos da instabilidade macroeconômica sobre o funcionamento do sistema financeiro.

⁷ Para uma análise sobre o ajuste patrimonial dos bancos durante o período 1994-98, ver Paula, Alves Jr. e Leme (1999).

Tabela 3

Principais contas do ativo do balanço patrimonial dos bancos múltiplos privados
em meses e anos selecionados

ATIVOS	JUN/94		DEZ/94		DEZ/95	
	Valor (R\$ bilhões)	%	Valor (R\$ bilhões)	%	Valor (R\$ bilhões)	%
Disponibilidades	0,38	0,2	1,07	0,6	2,32	1,1
Depósito compulsório no BCB	5,72	2,9	15,80	9,0	11,29	5,3
Operações interfinanceiras compromissadas	30,48	15,4	2,12	1,2	11,61	5,5
Aplicações e valores mobiliá- rios	30,23	15,2	27,64	15,8	26,67	12,6
Títulos públicos	17,95	9,0	9,45	5,4	14,72	7,0
Demais haveres	12,29	6,2	18,19	10,4	11,96	5,7
Operações de crédito (efetivo)	82,41	41,5	81,62	46,6	93,18	44,1
Haveres externos-CP	8,09	4,1	6,21	3,5	6,99	3,3
Operações cambiais	23,73	12,0	17,02	9,7	22,99	10,9
Permanentes	21,49	10,8	20,93	11,9	26,16	12,4
Investimento	13,82	7,0	13,82	7,9	18,03	8,5
Outras	-4,18	-2,1	2,83	1,6	10,13	4,8
TOTAL	198,35	100,0	175,23	100,0	211,33	100,0

ATIVOS	DEZ/96		DEZ/97		OUT/98	
	Valor (R\$ bilhões)	%	Valor (R\$ bilhões)	%	Valor (R\$ bilhões)	%
Disponibilidades	1,40	0,7	1,56	0,7	1,82	0,7
Depósito compulsório no BCB	9,37	4,6	18,77	8,4	12,05	5,0
Operações interfinanceiras compromissadas	-2,65	-1,3	4,07	1,8	4,10	1,7
Aplicações e valores mobiliá- rios	39,71	19,4	43,92	19,7	60,51	24,9
Títulos públicos	33,59	16,4	34,18	15,3	39,73	16,4
Demais haveres	6,13	3,0	9,74	4,4	20,78	8,6
Operações de crédito (efetivo)	92,33	45,1	91,80	41,2	84,72	34,9
Haveres externos-CP	7,51	3,7	7,49	3,4	7,24	3,0
Operações cambiais	20,06	9,8	19,20	8,6	29,99	12,3
Permanentes	26,68	13,0	28,04	12,6	34,94	14,4
Investimento	20,07	9,8	22,58	10,1	29,53	12,2
Outras	10,44	5,1	8,07	3,6	7,56	3,1
TOTAL	204,84	100,0	222,92	100,0	242,93	100,0

FONTE: Bacen.

NOTA: Valores em reais de dez./98, deflacionados pelo IGP-DI.

(1) Dados preliminares.

Levando-se em conta essas informações ao se interpretar os dados da Austis Assis (Tabela 1), a conclusão que resulta da análise é verdadeiramente preocupante. A queda recente nos *spreads* (medidos pelo conceito de rendas financeiras) deve-se, na realidade, a uma postura defensiva por parte dos bancos, que, ao ampliarem suas aplicações em títulos públicos *vis-à-vis* às operações de crédito, optaram por um *portfolio* mais seguro, ainda que com uma rentabilidade relativamente menor. Portanto, não resultou de uma postura mais agressiva, direcionada para a atração de novos clientes e a estruturação de operações de financiamento em maior volume e a custos mais baixos, como esperado pelo Governo em função da entrada de bancos estrangeiros no País.

De forma geral, a estratégia de busca de flexibilidade, posta em prática pelos bancos, tem sido bem-sucedida. Ao invés de sofrerem perdas devido à instabilidade real e esperada dos juros, do câmbio e do PIB, ampliada a partir das crises asiática e russa, os bancos conseguiram, em seu conjunto, posicionar-se de modo defensivo e, até mesmo, em condições de extrair vantagem da situação de instabilidade macroeconômica, como a evolução recente dos índices de rentabilidade demonstram.

Em 1999, o sucesso dessa estratégia ficou evidente, quando os bancos — em geral — lucraram com a mudança do regime cambial e com a elevação dos juros.⁸ A estratégia de flexibilidade patrimonial permitiu aos bancos aplicarem em títulos públicos pós-fixados e/ou atrelados à variação cambial, o que lhes possibilitou explorar as condições vantajosas oferecidas pelo Governo e pelo Banco Central, alterando a composição do *portfolio* de aplicações ao sabor de suas expectativas sobre o comportamento no curto e no longo prazo da economia brasileira.

Tal estratégia tem sido seguida pelo conjunto dos bancos, sejam eles privados nacionais, públicos ou estrangeiros. Os ganhos “fáceis” com a aplicação em títulos e valores mobiliários dominam amplamente os efeitos positivos da concorrência, impedindo que se reflitam vigorosamente no mercado bancário de empréstimos. Nesse contexto, os prejudicados desse círculo vicioso são os demandantes de empréstimos em particular, que se defrontam com altas taxas cobradas nas operações de crédito, e a economia brasileira como um todo, devido à disponibilidade restrita de linhas de financiamento a custos elevados, o que acaba comprometendo o crescimento econômico do País e, em alguma medida, a sua própria estabilidade macroeconômica.

⁸ Segundo a **Gazeta Mercantil Latino-Americana**, de 13.09.99, p. 32, a rentabilidade do patrimônio do sistema bancário brasileiro (público e privado), cuja média anualizada foi de 9,0% no primeiro semestre de 1998, pulou para 28,4% no primeiro semestre de 1999.

4 - Perspectivas

Na primeira quinzena de setembro de 1999, objetivando diminuir as taxas de empréstimos cobradas pelos bancos, o Banco Central do Brasil reduziu o recolhimento compulsório duas vezes, mexendo em um dos fatores que afetam a determinação do *spread* bancário: na primeira vez, cortou de 20% para 10% o compulsório sobre os depósitos a prazo; na segunda, reduziu de 75% para 65% o recolhimento sobre os depósitos à vista. Com essas medidas, o Banco Central estima que injetará no mercado cerca de R\$ 3 bilhões com a redução do compulsório sobre depósitos à vista e mais de R\$ 10 bilhões com a diminuição do recolhimento sobre os depósitos a prazo. Além disso, em outubro de 1999, o Governo reduziu de 6% para 1,5% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nos empréstimos a pessoas físicas, além de anunciar um pacote de medidas a serem implementadas para combater maus pagadores, estimular a concorrência bancária e facilitar a negociação de contratos.⁹ Espera-se, assim, que os bancos com maior volume de recursos disponível não só aumentem o volume de crédito concedido, como também diminuam a taxa cobrada em seus empréstimos.

Embora as primeiras evidências tenham mostrado que os bancos reagiram inicialmente de forma positiva às medidas adotadas pelo Governo, reduzindo as taxas cobradas¹⁰, há dúvidas sobre se elas vão levar a uma diminuição maior e mais sistemática na taxa de juros e a um aumento na oferta de crédito. O primeiro impacto — diminuição mais significativa nas taxas de juros de empréstimo, tornando-as mais próximas da taxa básica de juros (taxa Selic) — pode não ocorrer, considerando-se que os bancos já estavam bastante líquidos antes das medidas adotadas, o que diminui a eficácia do impacto do aumento nas reservas sobre as taxas de empréstimo. Além disso, eles têm a alternativa de aplicar seus recursos em títulos e valores mobiliários — em especial em títulos públicos — que oferecem, desse modo, uma alternativa de aplicação líquida e rentável. A rentabilidade dessas aplicações funciona, assim, como um custo de oportunidade para os ativos dos bancos. Quanto ao segundo impacto, tampouco está assegurado que irá haver um aumento no volume de operação de empréstimos bancários, uma vez que isso dependerá de uma melhoria substancial nas

⁹ Dentre outras medidas, o Governo propõe que, para evitar que devedores suspendam completamente o pagamento de uma dívida questionada na Justiça, a parcela do principal seja depositada em juízo até o fim do processo.

¹⁰ Conforme noticiado na **Gazeta Mercantil**, de 22.09.99, p. B-1.

expectativas empresariais quanto ao comportamento da economia brasileira no longo prazo. Por outro lado, em contrapartida a uma queda nas taxas de juros, a reação das instituições bancárias deverá ser a de restringir ainda mais os critérios para conceder crédito, face ao receio de um aumento na inadimplência. Isto porque, caso viessem a aceitar prontamente novos tomadores para ampliar suas carteiras, os bancos poderiam correr o risco de atrair maus pagadores, tendo em vista que os juros ainda seriam elevados e pouco atraentes frente às expectativas de retorno de projetos de menor risco em uma economia cujo futuro se apresenta pouco promissor, como parece ser o caso da economia brasileira nos dias de hoje.

Em conclusão, as medidas adotadas provavelmente não terão um efeito, na magnitude esperada pelo Governo, no sentido de aproximar o *spread* no Brasil daquele prevalecente nos países da OCDE, mais significativo no preço e na disponibilidade do crédito. Enquanto perdurar uma conjuntura de instabilidade macroeconômica — com baixo crescimento econômico e risco de um repique inflacionário — e os altos índices de inadimplência que resultam dessa conjuntura, os bancos, de modo geral, deverão manter a postura defensiva e avessa ao risco que vem caracterizando seu comportamento no período recente.

Bibliografia

GAZETA MERCANTIL (1999). São Paulo, 31 maio.

GAZETA MERCANTIL (1999). São Paulo, 17 jun., p.B-2.

GAZETA MERCANTIL (1999). São Paulo, 27 jul.

GAZETA MERCANTIL (1999). São Paulo, 22 set., p.B-1.

GAZETA MERCANTIL LATINO-AMERICANA (1999). São Paulo, 13 set., p.32.

JUROS e spread bancário no Brasil (1999). Brasília: BACEN/DEPED.

PAULA, L.F.R. (1998). Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p.87-116, jul.

PAULA, L.F.R., ALVES Jr., A.J., LEME, M.B.M. (1999). **Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o plano real: uma análise a partir de um referencial teórico pós-keynesiano**. Porto Alegre: UFRGS/CPGE. (Texto para discussão, 16/99).

TORRES, M.J.R. (1999). **Operacionalidade da política monetária no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE. (Tese de doutorado).